

A SITUACAO:

JORNAL OFICIAL POLITICO E LITTERARIO

Publicado duas vezes por semana em dias indeterminados. Subscrivese no escritorio da typographia a rua Onze de Julho n.º 20. Assinatura anual por anno, 72.000 reis. Não se recebe assinatura por menos de seis meses. Número avulso, 400 reis.

SUMMARIO

PARTE OFICIAL—GAZETTEIRA—A PEDIDO E ANUNCIOS.

PARTIE OFFICIAL

(CONT. DO N.º ANT.)

Art. 100. Aos 2 confereentes compete:

§ 1.º Vigiar as entradas da cidade, acompanhando até ao mercado os generos que entrarem, para que se não extreiem.

§ 2.º Ajudar a medição, exames e mais serviços que lhes forem ordenados pelo chefe e empregados da 2.ª secção e pelo inspector.

Art. 101. Ao guarda do edifício compete:

§ 1.º Resistir no estabelecimento do mercado, para fiscalizar a entrada e confidenciar dos generos.

§ 2.º Cuidar do asseio de todo o edifício, da conservação dos moveis e mais objectos abri existentes, dós quais somártia conta por inventário, sendo responsável pela guarda delles, bem como dos livros e papeis, que lhe forem entregues.

§ 3.º Ter as chaves de todos os quartos do edifício, para distribuí-las pelos lavradores que procurarem expor seus generos à venda no mercado pelo espaço de 24 horas.

§ 4.º Fazer as despesas miudas da repartição, para o que receberá da thesouraria provincial, no princípio de cada mês, a quantia que o inspector mandar entregar-lhe.

§ 5.º Manter a ordem e o respeito entre as partes que forem ao mercado, requerendo ao inspector as providências que julgar precisas para esse efeito.

§ 6.º Cumprir todas as ordens do inspector, concernentes ao serviço da repartição, assim da todo o edifício do mercado.

SEÇÃO 4.

DA PAGADORIA

Art. 102. A pagadoria é a estação por onde se deve verificar a receita e despesa provinciais, ordinária ou extraordinária, de que é chefe o thesoureiro, à quem compete dirigir o serviço sob a fiscalização do inspector.

Art. 103. A escripturação respectiva será feita por um empregado que o inspector designar.

Art. 104. Todos os documentos de receita e despesa serão remetidos em protocolo ao thesoureiro, e este os entregará ao escripturário da receita e despesa, para d'elles tomar conhecimento.

Art. 105. Conhecendo o dito escripturário que os documentos estão na devida forma, procederá aos lançamentos necessários.

CAPITULO 43.

DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 106. Nenhum empregado da fazenda provincial poderá ser procurador em negócios que, directa ou indirec-

tamente, pertençam ou interessem à mesma fazenda, nem por interposta pessoa tomar parte em qualquer contrato com a mesma fazenda, sob pena de ser demitido, além das em que incorrer criminalmente.

Art. 107. Poderá, porém, servir de procurador à seus ascendentes e descendentes, irmãos, amigos e cunhados durante o cunhado, se os negócios não tiverem de ser por elle despachados ou expedidos.

Art. 108. O presidente da província poderá mandar pagar polas collectorias os empregados residentes nos distritos d'ellas.

Art. 109. As causas da fazenda provincial correrão na comarca da capital pelo juiz dos feitos da fazenda nacional, e nas comarcas do interior perante os respectivos juizes de direito.

Art. 110. Nenhum conhecimento de recibo se fará nas partes, sem que seja cortado do competente talão, sob pena de responsabilidade.

As collectorias e outras estações estão comprehendidas nessa disposição.

Art. 111. Se qualquer pessoa se tornar suspeita de fraude contra a fazenda provincial, o inspector lhe prohibirá a entrada na repartição; e se infringir este preceito, será remetida em curto dia à autoridade competente com parte por escripto, à fin de ser processada como desobediente, e assignar termo de ali não voltar.

Art. 112. O presidente da província poderá mandar inspecionar, quando julgar necessário, qualquer repartição de arrecadação provincial; arbitrando gratificações ou ajuda de custo, conforme julgar de justiça.

Art. 113. A respeito da prescrição das dívidas activas e passivas da fazenda provincial, regem as disposições em vigor do regulamento da fazenda geral de 17 de outubro de 1816, esp. 209 e 210.

Art. 114. As fianças que devem prestar os responsáveis da fazenda provincial serão previamente arbitradas e declaradas em uma tabella pelo presidente da província, que à respeito poderá ouvir o inspector da thesouraria e o procurador fiscal.

Art. 115. O empregado suspenso em virtude de procurado por crime de responsabilidade não terá direito à vencimento, em quanto durar a suspensão.

Art. 116. São proibidos os adiantamentos de ordenados, gratificações de quaisquer outros vencimentos, que não forem mandados fazer pelo presidente da província, em virtude de autorização em lei.

Art. 117. Nos termos fúra da capital substituirá o procurador fiscal o exactor local, à quem o mesmo procurador dará as devidas instruções, e ordens necessárias.

Art. 118. Haverão na província tantas collectorias e agencias exactoras, quantas forem necessárias para mais fácil arrecadação e fiscalização das rendas; devendo a supressão das que existirem e a criação das que forem necessárias ser determinadas pelo presidente da província, sob proposta do inspector da thesouraria.

Art. 119. As despesas com casa e expediente das estações fiscais da província, que não forem situadas na capital, correm por conta dos respectivos empregados, proporcionalmente aos seus vencimentos.

(Continua)

EXPEDIENTE DA PRESIDEN- CIA.

Dia 12 de agosto

Ao sr. Manoel Sampaio Costa membro da comissão nomeada para encarregar-se dos concertos da matriz da villa do Diambulino — fui em visita a seu officio de 6 de junho p. passado e sciente de ter falecido o vigário Domingos Tangenelli q. deu por continuado nos serviços, q. qn. foi encarregado, aprovo semelhante atirte.

Nesta data nomeei para preencher a comissão encarregada dos trabalhos dos concertos da matriz dessa villa ao cbmo Manoel Diogo de Oliveira.

O que lhe deictivo para sua intelligença e em resposta ao indicado ofício.

Ao coronel Gama — Acusou o rebimbamento do seu officio n.º 11 de 3 de Junho p. passado.

Fico sciente de ter v. s. no dia 10 do mesmo mês assumido os concertos da dss fronteira e do b.º n.º 9 de artilharia a pé.

E' me satisfactoria a notícia de que nenhuma novidade sa. tem dado na fronteira.

Conto de que me diz relativamente à polvora q. — estou convencido de que já agora estará ela depositada na chata para tal fim preparada.

Autorizo v. s. a mandar proceder m. s concertos de que necessita a artilharia a que se refere no seu officio.

Foram dados as preciosas ordens no sentido de lhas serem fornecidas pelo arsenal de guerra os seguintes objectos: — 1 bandeira nacional grande de filete — e 1 dita pequena para o forte de S. Francisco.

Autorizo igualmente v. s. a comprar ali a tinta e graxa de qds canas visto não haver esses géneros no referido arsenal. A conta da compra será oportunamente paga.

Tenho desse modo respondido a seu indicado officio.

Dia 13

Ao director do arsenal de guerra — Haja v. s. de expedir zess ordens para q. a banda de musica da comissão de operarios militares desse arsenal forme amanhã, por occasião da festa do Divino Espírito Santo do distrito de Pedro 2., com a guarda de honra q. tem de ser prestada pelo b.º n.º 9 de guarda nacional.

DIA 13

Ao inspector da thesouraria de fáscada - Comunico à v. s. para seu conhecimento e sua conveniente que por acto de hoje foi nomeado o tenente Justiniano Cândido da Cunha Barbosa, para o lugar de Adjunto do director do arsenal de guerra, na vaga do tenente Manoel Pereira de Mesquita que exerceu o dito lugar.

Ao mesmo - Comunico à v. s. sobre sua inteligência e sua conveniente que por este d' esta data deve ser nomeado o capitão Joaquim Caetano Teixeira Muzy d' Almoxarife do arsenal de guerra d' esta província, e para o lugar substituir o tenente Manoel Pereira de Mesquita, permanecendo o mesmo capitão no mencionado estabelecimento, até que se termine o serviço do inventário á que se está ali procedendo.

DIA 14

Ao major director do Arsenal de guerra - Authoriso v. s. confidencialmente em seu officio n.º 69 de 13 do corrente a mandar lançar em despesa aos batallões 20 e 21 estacionados nesta província os instrumentos que para esse arsenal forão os mesmos corpos fornecidos.

Tenho respondido ao seu indicado officio.

Ao mesmo - Em vista do abastimento que faz o negociante Marcos Richelino lenços, semelhantes aos das amarras q' a este acompanhão e de acordo com o q' hontem me foi verbalmente ponderado por v. s., haja de mandar comprar o numero que for necessário para esse arsenal.

Ao mesmo - Sendo mister fazer recolher á seus corpos as praças que servem de comaradas a officiares empregados em diversos setores fora dos mesmos corpos, haja v. s. de assim determinar em relação aos officiares existentes nesse arsenal, podendo haver entre tanto fornecer um servente ou criado, conforme se pratica no arsenal de guerra da corte.

Ao inspector da thesouraria provincial - Em aditamento ao meu officio n.º 69 de 20 do mez p. passado, tenho a declarar-lhe que polo mandar efectuar o pagamento da rúa se estiver devendo ao acréscimo da obra do aterro e ponte da malha da boa vista, na estrada que desti cidade vai ter ao Arica mirim, visto achar-se a mesma obra no caso de ser aceita, segundo informa o engenheiro que a examinou, como se ve do incluso, officio que por copia passo ás mãos de vme.

Ao inspector da thesouraria de fáscada - Comunico a v. s. para seu conhecimento e suas convenientes que por acto datado de hontem é em execução da autorização que me foi dada no art. 3.º da lei n.º 11 de 17 de Setembro do anno passado, resolví estabelecer uma aula pública de musica nesta capital, e nomeei para direcção-a ao citadão Thomas de Aquino Rodrigues.

DIA 17

Ao inspector da thesouraria de fáscada - Em aditamento ao meu officio n.º 239 de 13 do corrente comunico a v. s. que em data de hontem entrarão em exercicio dos empregos para que foram ultimamente nomeados o tenente da 2.ª classe Justiniano Cândido da Cunha Barbosa, e tenente reforçando o exercito Manoel Pereira de Mesquita sendo este de almoxarife do arsenal de guerra e quello de adjunto do respectivo director.

Ao inspector da thesouraria da fáscada - Haja v. s. de informar com o q' se lhe oferecer a respeito do que expõe o major director do arsenal de guerra no incluso officio que está acompanhado.

Ao Alferes José Maria Belchior - Pelo seu officio de 23 do mez proximo passado fiquei satisfeito de haver o consellio da revisão da qualificação da guarda nacional dessa parochia, de qual é vno, presidente, conchilhado os seus trabalhos.

Ao presidente e mrs membros do conselho de revisão de qualificação de guardas nacionais do município da Diamantina - Pelo officio que vme me dirigirão com data de 20 de Junho, fiquei sciente de haver o consellio de revisão de qualificação da guarda nacional dessi parochia, ultimado com os seus trabalhos, sem que aparecesse reclamação alguma.

DESPACHOS

DIA 19

Do encarregado da officina de machinista do arsenal de marinha Francisco Joaquim de Carvalho - Informe o inspector do arsenal da marinha - Do capº. Caetano Maria Albernaz - Informe a thesouraria da fáscada - Da D. Emilia Engracia Bourch - Admita-se.

De Lourenço Anastacio Monteiro de

Mendoza - Concelho sem vencimento. Do bacalhau - Antônio Correa do Couto - Em vista da informação, não pôde ter lugar a v. sessão.

Representação do barão de Villa Mauá - Ao dr. chefe de polícia, para ouvir ao subdelegado em exercício de que trata esta representação.

DIA 22

Do major João Carlos Pereira Leite - Informe o sr. inspector da thesouraria da fáscada, conviniente a respeito do procurador fiscal.

Ofício do coronel José Joaquim de Carvalho - Informe a thesouraria da fáscada.

De Theophilo Libânia Nunes Parreira - Requeira ao governo imperial.

DIA 23

De Francisco Ferraz - Não tem ligação em vista da informação.

Ofício do inspector interino do arsenal de marinhas Antônio Claudio Soárez - Ao sr. dr. chefe de polícia para providenciar convenientemente.

Do major director do arsenal de guerra de 12, n.º 64. - A thesouraria da fáscada.

De Antônio dos Santos Nery - Informe o sr. director do arsenal de guerra.

De Germano Lavandowsk - Informe o sr. major Joaquim da Gama Lobo d'Eça.

De Theodoro Birowski, morador em Coronha - Ao sr. major Joaquim da Gama Lobo d'Eça.

DIA 24

De Manoel da Silva Braga - Godeando estando vago. Este despacho deverá ser apresentado ao commandante da fronteira do Balsq Paraguay para poder sortir os devidos efeitos.

De Germano Lavandowsk - Idem. De Manoel José da Silva Braga - Idem.

Ofício do dr chefe de polícia - A thesouraria da fáscada.

De Manoel Joaquim da Paiva, tenente do b.º de infantaria, como procurador do brigadeiro Domingo José da Costa Pereira - Informe a thesouraria da fáscada.

Do tenente graduado do 2.º b.º do artilleria Bernardo Xavier Pinto de S. - Sim, fesendo se-lhe cargo do desconto, conforme foi determinado pelo governo imperial.

DIA 25

De Julio Frederico Malter - Idem. Do Conego José Antônio Peixoto - Avisada da informação o sr. Inspector da thesouraria provincial mando entregar ao supplicante a quantia requerida.

APONTAMENTOS.

PARA

SE PREPARAREM REMESSAS

PARA

A EXPOSIÇÃO DE VIENNA

PRODUTOS NATURAIS E SUA APPLICAÇÃO

(Continuação de u. antecedente.)

Chama-se principalmente a atenção particularmente que em certas plantas são anti-lótulos da raiz, como acontece em algumas espéries e a jurema, devendo vir uma cousta acompanhada de outra.

Todos os produtos vegetaes que tom emprego para matar pragas dos animais. São carapau, piolho, pulgas, etc.

Item aplicado para curar animaes, sempre acompanhados de todas as explorações.

Plantas que são nocivas ao gado como as diversas espéries de tingui, timbo, etc., vegetaes usados para tontejar peixe.

Visgo e plantas que o produzem. Orquídes de pão, musgos, licens que servem para isca, tinturaria, ou medicina, que se comam, ou venenosos.

LAVOURA.

ARESTAS DE TODOS OS PRODUTOS DE LAVOURA COMO AS DIVERSAS

VARIETADES DE MILHO,

ARROZ E FEIJÃO.

Algodão.

Fumo, e suas variedades - Maneira de o preparar e propriedades de cada um.

Café - Diversas variedades, amossadas preparadas por diversas maneiras.

Farfudas, polvilhos, gommás extra-húmidas de sementes, raizes ou batatas, palmeiras, etc.

Vinhos, aguardente, etc., alcoólicas.

INDUSTRIA AGRICOLA.

FERRAMENTA EMPREGADAS PELA NOSSA LAVOURA, DEVENDO SER FEITAS NO PAÍS

Quando se não possam remeter as máquinas maiores, ao menos se ajunta uma collectão completa dos seus modelos, para que se possa fazer uma ideia clara dos meios, de que dispomos, e como os empregamos para preparo dos produtos da nossa lavoura.

Deve-se insistir nesse ponto, porque os outros países remetem colectões idênticas, e a comparação pôlo suscitar melhoramentos de alcance.

COLLEÇÕES DE UTENCIOS E MATERIAIS DE OUTROS RÁMOS NA INDÚSTRIA E DO RECREO NECESSÁRIOS À VIDA DOMESTICA.

Lembremos as numerosas variedades de utensílios para pesca, como são usados no interior.

Panellas, telhas, meringas, quartulas.

Trancados de taquera, cipó e palmeira, juncos, labores, jacis, cestos, balões, esteiras, poneiras, tipis, abanós e chitões.

Cordas, linhas, etc.

De todos os mais produtos de pesca ou grande indústria do paiz, exigem-se amostras escolhidas e preparadas com cuidado.

REINO MINERAL.

AMOSTRAS MINERALÓGICAS DAS MINAS LAVRADAS EM DIVERSOS PONTOS DO IMPERIO.

Diamantes, sendo bem crystallizados, acompanhados de amostras das rochas em que se acham, dos cascalhos e daquelas que lhes servem de fundo, com as necessárias explicações.

Ouro.— Amostras do obtido pelos fuscadores, ditas pelas lavagens de cascalhos em canões.

Amostras das rochas auríferas das diferentes lavras da província de Minas, e das mineraes que as acompanham; devem essas amostras indicar a composição das veias com as betas e a rocha em que são encerradas.

Recomenda-se muito especialmente as minas de S. Vicente e da passagem em que há tellurio, bismutho e animares de astimônio.

Das lavras do Maranhão, Goyaz, e Mato Grosso se devem exigir amostras das rochas auríferas.

Cobre das províncias de Rio Grande e Mato Grosso; amostras com rocha que a encerra adherentes; e quando se não obtenham nessas condições acompanhar amostras dessas rochas.

Nas outras províncias, como Minas, Bahia e Ceará, existem mineraes do mesmo metal.

Chumbo, galenos, existem em quase todas as províncias; devem-se escolher amostras de bom aspecto e grandes.

É preciso recomendar para Minas que se procurem obter amostras do chromato de chumbo vermelho de Congonha do Campo e suas vizinhanças. Devem-se ter em vista amostras bem crystallizadas.

Outros mineraes como phosphato e polyhdato de chumbo só se poderão obter por pessoas conhecedoras.

Ferro.— As amostas devem ser grates e abranger o maior número de variedades das combinações desse metal. É principalmente a província de Minas que pode oferecer series completas.

Nas lavras de Antônio Pereira, em Minas, existia phosphato de ferro perfeitamente crystallizado.

Mercurio.— Estaño, zinco, são metáis dos quais apareceram amostras sem nunca as acompanhar; convém que se faça diligencia para as obter, fixar a realidade de sua existência.

Dos metais preciosos mais raros convém que a Casa da Moeda prepare o quanto puder de palladio; além disso, de palladio platina e seus compõe-hetos se deve pedir amostras para Minas.

Manganês, sendo frequente em alguns lugares deve ser remetido.

Todas as amostras de mineraes com crystaes perfeitos, ou que pelas suas formas, cor ou qualquer outro modo se differencem das rochas comuns da vizinharia.

Collecções de rochas escolhidas como granitos vermelhos, esverdeados e claros; rachados silicosos que avultam como quartiz's, itacolomitos (pedras de amolar), collecções de calcareos de jofas as local dotes, e reunindo o maior numero de variedades.

Rochas silexosas, lenzi e gesso.— Estas amostras de rochas convém que sejam facejadas a martelo, esquejadas com seis polegadas sobre cincos de face, e duas de grossura.

Amostras grandes de crystaes de rocha perfeitamente transparentes (Goyaz, Minas.) Corailinos, agathás, calcenónias, jaspes, etc., (Rio Grande).

Argillas diversas que tem emprego na industria, distinguindo se pela sua excellente qualidade.

Convém recomendar especialmente remessas de amostras de enxofre que se encontra ao Rio Grande do Norte, ou mineraes de que se o possa tirar como pyrites, uma vez que estes sejam representantes de jazigos importantes.

Carvão de pedra: Devem ser exigidas, de todas as empresas privilegiadas para lavrar matas de carvão, amostras não só do combustível como também das rochas que se encerram porém principalmente collecções completas e perfeitas dos fosseis que elas envolvem.

INDUSTRIA MINERAL.

A exposição exige os utensílios que as diversas industrias usam; por isso convém que velejam ferramentas de que usam os fuscadores como almocafres, carumbés, batéas, e das maquinismos maiores modelos, assim como canhões, pilões, mólhos, forjas e fornos, maquinhas para produzir vento, motores, etc.

Gazetinha

recalhido na cadeia e posto à disposição do juiz municipal.

A noite foi preso pela patrulha do distrito Reinhallo Francisco de Montalvão, por desordem.

PAUTA—Os preços correntes dos gêneros sujeitos ao disímo nos mercados desta capital, são os seguintes:

Aguardente ou cachaça 45000
Algodão em rama 45000

Arroz com casca 50000
Dito pilado 85000

Assucar branco 125000
Dito mescavo ou redondo 105000

Azeite de mamona 25000
Dito de peixe 15000

Café com casca ou lavado 115000

Cal de pedra 65000

Carno secca 65000

Couros, sendo secos 25000
Dito » » salgados 25000

Farinha de mandioca 65000

dita de milho 45000

Feijão 75000

Fumo em rolo ou folha 405000

Ipecacuapha 325000

Madeira de construção, conforme a qualidade

Mamona 35000

Milho 55000

Rapadura de 1.ª qualidade 145000

dita de 2.ª qualidade 125000

Sabão fabricado no paiz 75000

Solla 65000

Toucado 145000

TESOURARIA DE FAZENDA—O balanço resumido do cofre da tesouraria da fazenda da Procuradoria de Mato Grosso no dia 21 de Julho de 1872, deu este resultado:

Exercício de 1871 — 1872

Receita	333.863\$052
Despesa	193.114\$350

EXERCÍCIO DE 1872 1873

Receita	201.801\$618
Despesa	30.826\$795

Saldo 171.974\$820

CADEIA—O movimento da cadeia da capital no decurso da semana que findou a 3 do corrente foi o seguinte:

Presos que existiram 36

Presos que entraram 6

Somma 42

Presos que saíram 5

Preços que não existiu 37

A pedido

ELEIÇÃO 7 DE SETEMBRO

Por erro de intelligencia, a camara municipal desta cidade, por intermedio do seu presidente, conselhou aos juizes de paz das parochias que as mezás das assembleas parochiales para as eleições municipais fossem organizadas com os oito cidadãos, seus immedios em votos.

O qual é — erro de intelligencia — por ter supposto que verificadas as eleições de eleitores à 18 do corrente se extinguissem os poderes dos eleitores dissolvidos para funcionarem no dia 7 de setembro.

Erro manifestíssimo.

As hipóteses figuradas no art. 2º do decreto n. 1812 de 21 de agosto de 1846, só se referem quanto a camara dos deputados tenha anulado a leição de eleitores da parochia respectiva, ou quando nela, por qualquer circunstância, tenha deixado de se proceder a eleição no tempo preciso. Fora destas condições não há hipótese aceitável.

Por essa parte negam-se à camara municipal o direito de ordenar aos juizes de paz um tal procedimento por livre arbitrio que em todo caso deverá, para assim proceder ter precedido consulta a presidência, única entidade na província para decidir qualquer questão.

Seria mesmo um perigo se as camaras municipais tivessem faculdade, por quanto, ainda que com responsabilidade, dado o facto arbitrario, a ordem regular do processo eleitoral seria perturbada desde que elas tivessem interesse, por conveniencia politica, em alterar todo o processo.

Fallamos em these, e está longe de nós o atribuir à camara municipal, na expedição da ordem referida, outro sentimento que não seja de bem comprir com seus deveres, mas que desta vez seu digno presidente, involuntariamente exorbitou, assim procedendo.

O art. 119 da lei n. 387 de 19 de agosto de 1846, está explicado pelo aviso n. 224 de 18 de fevereiro de 1849, que nenhuma dúvida pôde deixar acerca do direito que assiste aos eleitores e suplentes de concorrerem para organização das mezás parochiales de 7 de setembro, dada a hypothese de terem estes lugar depois das eleições de novos eleitores, com o que acontecer no corrente anno.

As instruções de 31 de dezembro de 1868, com o fim de evitar nullidades nas eleições, quer para eleitores, quer

para vereadores e juizes de paz, assim se expressa no art. 15: "Os eleitores de parochia e seus suplentes, que devem ser convocados para a formação das mezás parochiales, são sempre os da legislatura corrente ou finda por dissolução da camara dos deputados, cuja eleição estiver expressamente reconhecida pelo poder competente."

Dada porém uma intelligencia equivoca a este artigo, temos a opinião insuspensa do autor da obra cabalista electoral — que neste caso é considerado praxista, e assim se exprime a fl 227:

"Na eleição de vereadores e juizes de Paz deve ser organizada a mezá parochial com os eleitores da legislatura dissolvida, e não com os da nova, que ainda não estão aprovados." (Doutrina confirmada pelo visto n. 100 de 20 de Junho de 1864)

Avista pois do ponto que temos expedito fica claro — in prima facie — que os eleitores e suplentes da presente legislatura dissolvida compete a organização das mezás parochiales na eleição de 7 de Setembro futuro.

Seria absurdo e mesmo nullas as eleições se de outro modo fossem elas procedidas.

Teriamos em Janeiro futuro novas nullidades se as juntas revisoras de qualificação fossem formadas com os oito cidadãos imediatos em votos aos juizes de paz presidentes, contra as expressas disposições dos avisos de 21 de Julho §§ 1 e 2 e. de 23 de Novembro de 1864 § 2 da 2.ª parte que diz deste modo: — Nas parochias em que os novos eleitores não estejam ainda reconhecidos pelo poder competente, devem ser convocados para a formação das juntas os eleitores e suplentes da legislatura passada, que foi dissolvida; e aquelas em que não existam eleitores da legislatura passada, por não terem sido eleitos, ou por terem sido aprovada a eleição (hipóteses do art. 2º do decreto de 23 de Agosto de 1846) deve-se recorrer a providencia deste artigo.

Alguns eleitores e suplentes desta parochia da Sé, tendo conhecimento do equívoco do sr. Presidente da camara na expedição das ordens aos juizes de Paz, representaram a s. exc. o sr. presidente da província, afim de providenciar no sentido de que as eleições de 7 de Setembro sejam feitas sem resquício de nullidades, e esperamos que assim acontecerá.

Cuiabá 7 de Agosto de 1872
Um eleitor da parochia

Anúncios

 O vapor LEOCADIA, esperado de Corumbá à 10 do corrente, voltará para o mesmo porto dentro de quatro dias, á liquidação do espólio do falecido José Francisco Camacho. E por isso as pessoas que forem credoras, deverão apresentar suas contas neste prazo, e os devedores entrarem com os seus débitos, para não ser preciso proceder-se judicialmente. Outro sim, durante este prazo, se receberão propostas para a compra de uma escravinha menor, em poder do sr. Desembargador Firmino José de Mattos, a qual pertence ao mesmo espólio.

Cuiabá 7 de Agosto de 1872.
O Agente,
José Magno da Silva Pereira.

Pelo Vice Consulado Portuguez, se faz publico, que da data deste à 30 dias, se procederá, impreterivelmente, á liquidação do espólio do falecido José Francisco Camacho. E por isso as pessoas que forem credoras, deverão apresentar suas contas neste prazo, e os devedores entrarem com os seus débitos, para não ser preciso proceder-se judicialmente. Outro sim, durante este prazo, se receberão propostas para a compra de uma escravinha menor, em poder do sr. Desembargador Firmino José de Mattos, a qual pertence ao mesmo espólio.

Cuiabá 6 de Agosto de 1872
Salustiano Servolo da Cruz
Vice consul

Gastronomia

de superior qualidade (recentemente), vende-se na casa n. 17 —
Rua 1.º de Março.

Importante Leilão POR DOMINGOS SILVA GUIMARÃES NA CASA DOS Srs Delsar e Comp.

AONDE ESTARA A BANDEIRA.

2. 12 E 3 - FEIRA 13 DO CORRENTE

AS 10 HORAS DA MANHÃ

SE principiará a vender a dinheiro arista e a não retirar lote o elegante sortido existente na mesma casa acompanhado do carregamento que deve trazer o Leocadá, por ser todo o dito, parte do carregamento de um Patacho Americano carregado por conta dos mesmos srs. recente-chegado a Corumbá.

O LEILÃO É FEITO EM LOTES GRANDES

Tem 90 dias todos os srs. compradores que comprarem mais de um conto de reis, entendendo-se os 90 dias para a amortida da compra.

TIP. DE SOUZA NEVES & C. — EDICION, JOAQUIM DA COSTA TRIXEIRA